

**GEOGRAFIA E CENÁRIOS FÍLMICOS: UMA DISCUSSÃO ACERCA
DA ESPACIALIDADE CARCERÁRIA A PARTIR DO FILME
CARANDIRU (2003)**

**GEOGRAPHY AND MOVIES' SCENARIOS: A DISCUSSION ABOUT
CARCERAL SPACIALITY FROM THE MOVIE CARANDIRU (2003)**

Karina Eugenia Fioravante
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Mestrado em Gestão do Território da
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná
karina_frr@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem por objetivo trazer uma discussão acerca da espacialidade carcerária construída pelo filme brasileiro Carandiru (2003). Há alguns anos, as imagens produzidas pelo cinema vêm chamando à atenção de geógrafos, os quais afirmam que as produções fílmicas se caracterizam enquanto um interessante viés de análise para a Geografia. Da mesma forma, os espaços carcerários, mesmo negligenciados, se apresentam enquanto um rico leque investigativo, uma vez que comportam as mais diversas práticas e dinâmicas. Esse artigo almeja entrelaçar essas duas perspectivas. Para a grande maioria da audiência, uma das únicas formas de contato com a espacialidade carcerária se dá por meio de filmes como este que analisamos. Observamos que o filme se constrói a partir de determinados elementos, como violência, relações de poder, especificidades de gênero, estando estes intrinsecamente interligados com a representação individual de cada personagem. Constatamos que, apesar das barreiras físicas, as dinâmicas espaciais carcerárias perpassam essa delimitação, uma vez que a espacialidade do filme é, também, construída a partir da incorporação de elementos da exterioridade.

Palavras – Chave: espaço carcerário, cinema, Carandiru, poder, gênero

ABSTRACT

This article aims to bring a discussion about the prisional spatiality built by the Brazilian movie titled Carandiru (2003). Since a few years ago, the images produced by the cinema, had attracted the attention of geographers, who affirm that the films are characterized as an interesting bias of analysis for geography. Similarly, prisional spaces, even neglected, presents themselves as a rich array investigative, since they bear the most dynamic and diverse practices. This article aims to interweave these two perspectives. For the vast majority of the audience, one of the only ways to connect with the spatiality of prison is through movies like this that we have reviewed. We observed that the film is constructed from certain elements, such as violence, power relations, gender specificities, and that these are intrinsically intertwined with the representation of individual's characters. We note that, despite the physical barriers, the spatial dynamics of prison permeate this grouping, since the spatiality of the film is also built from the incorporation of elements of externality.

Keywords: Prisional space, cinema, Carandiru, power, gender

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem por objetivo tecer uma discussão acerca da espacialidade carcerária a partir do filme intitulado *Carandiru*. Nos últimos anos alguns pesquisadores vêm voltando seu olhar para as imagens produzidas pelo cinema, apontando que estas são um interessante viés para análises geográficas. Com as discussões e inovações trazidas pela Nova Geografia Cultural somos capazes de discutir temáticas inéditas e ousadas, tendo como aporte metodologias variadas e coerentes (CLAVAL, 1999). As espacialidades construídas pelas tramas fílmicas encontram-se inseridas nesse *hall* de novas temáticas.

Elegemos como foco de interesse para essa reflexão o filme brasileiro intitulado *Carandiru* (2003). Dois motivos foram imperantes. O primeiro deles está relacionado à grande repercussão que essa produção fílmica apresentou, tanto no Brasil como no exterior, tendo alcançado um público de mais de quatro milhões de pessoas. O segundo deles se remete ao fato de que as ciências sociais, e em especial, a Geografia, tem negligenciado os espaços carcerários, dedicando pouco ou nenhum interesse as dinâmicas cotidianas de cadeias, presídios e penitenciárias. Nesse sentido, esse artigo é também uma tentativa de expandir as discussões acerca dessa temática na Geografia brasileira.

Os espaços carcerários sempre estiveram presentes ao longo de toda a história da humanidade, seja com a mesma finalidade ou não. Entretanto, essa temática ainda permanece periférica nos interesses não apenas da Academia, mas da sociedade em geral. Acreditamos, por ser mais cômodo ou por puro descuido, que aquele local nada tem a ver com nossas vivências cotidianas, esquecendo – o e ignorando as pessoas que fazem parte dessa dinâmica.

Quando analisamos as produções fílmicas com um olhar crítico geográfico percebemos o quanto a Geografia vem perdendo em não demonstrar o devido interesse a essa temática. Observando a história do pensamento geográfico percebemos que essa ciência tem tradição em depositar seu interesse em determinadas temáticas.

Entretanto, com o desenvolvimento da chamada Nova Geografia Cultural surgem novas possibilidades investigativas, as quais podem ser discutidas com legitimidade e principalmente, com um ponto de vista especificamente geográfico. A abertura que esse sub - campo nos confere é um extraordinário estímulo de valorização a algumas problemáticas de pesquisas até então negligenciadas. Temáticas ousadas e inovadoras são relevantes na medida em que incitam o processo de renovação das discussões já estabelecidas e até mesmo criam novas metodologias originais (GOMES, 2008).

Utilizaremos como metodologia de análise o conceito de cenário proposto por Gomes (2008). O autor aponta que esse conceito é uma interessante possibilidade explicativa, bem

como uma possível interconexão entre a Geografia e o cinema, uma vez que busca revelar o conjunto de figurações espaciais e suas relações com a estrutura narrativa.

O que evidenciamos é que as imagens produzidas pelo cinema constroem novas realidades e que estas, influenciam em vários momentos nosso imaginário relacionado a determinadas temáticas. Essa é uma das maiores relevâncias de estudos que se remetem às produções fílmicas.

Nosso texto se constrói da seguinte forma. Primeiramente trazemos algumas reflexões conceituais as quais nos serviram como eixo norteador para sistematização de nossas ideias. Essas ideias se debruçam principalmente nas noções de espaço, bem como, nas proposições de alguns autores acerca dos espaços carcerários. Da mesma forma, trazemos algumas discussões acerca da potencialidade das imagens produzidas pelo cinema para análises geográficas, evidenciando que essas podem ser um rico quadro de referência para os geógrafos. Posteriormente, discutimos a espacialidade carcerária construída pelo filme *Carandiru*, evidenciando que as práticas instituídas no espaço prisional perpassam as barreiras físico-espaciais, e que são muito mais fluidas e dinâmicas do que muitas vezes imaginamos.

As prisões e as imagens do cinema: possibilidades investigativas para a Geografia

Na apresentação de uma de suas obras, Castro, Gomes e Corrêa (1996) nos trazem que a Geografia sempre esteve associada à ideia das explorações. Essas descobertas, anteriormente realizadas principalmente por viajantes e cosmógrafos enfatizavam a aventura de se deparar com o novo, com o desconhecido. A aventura de explorar, de descobrir não cessou, apenas apresentou uma profunda mudança em seu sentido. Os ‘novos mundos’ da atualidade não são mais representados por terras desconhecidas e locais nunca visitados, mas sim, são extratos do nosso cotidiano, descobertos a partir de novas formas de olharmos, de concebermos e relacionarmos esses aspectos com novos percursos temáticos.

Para os autores, nossas explorações geográficas atuais se remetem diretamente à ideia de repensar antigos processos de conhecimento para assim conceber novos posicionamentos e novas abordagens. Ou seja, a aventura da descoberta continua, apenas com diferentes pretensões e instrumentos. Novas temáticas em diferentes contextos são exploradas. O desafio desse artigo é pensar geograficamente imagens produzidas pelo cinema, evidenciando, da mesma forma, que este pode se constituir enquanto um rico quadro de referência para análises geográficas, ou, utilizando a ideia dos autores, enquanto um ‘novo mundo’ a ser explorado.

Da mesma forma, novos posicionamentos epistemológicos vêm colocando abaixo ideias consolidadas e limitadoras na Geografia permitindo, assim, que um leque ainda maior de fenômenos e temáticas possam ser discutidos com legitimidade e principalmente, com um caráter essencialmente geográfico. Gomes (2010) propõe que não existe um conceito essencial que possa caracterizar, ou colocando de outra forma, que seja capaz de conferir identidade epistemológica à Geografia. Podemos, sim, analisar qualquer fenômeno geograficamente, desde que a ordem espacial se apresente enquanto elemento central em nossa reflexão.

A partir da leitura de outra obra do autor, podemos observar a evolução e diferenciação das formas de abordagens e concepções da Geografia científica. Essa disciplina, assim como as demais, teve seus métodos e conceitos desenvolvidos a partir de uma íntima relação com o contexto espacial, social, cultural, econômico e político vigente. Determinadas abordagens foram valorizadas, bem como, diversas noções conceituais e mesmo temáticas foram transformadas e repensadas ao longo dessa trajetória (GOMES, 1996).

Quando observamos a história da Geografia científica percebemos que determinadas temáticas foram esquecidas, limitando a agenda da disciplina a assuntos que, se já não estão esgotados, vêm se extenuando a cada nova publicação. Com o intuito de conferir novos ânimos à ciência geográfica alguns pesquisadores vêm se esforçando para trazer novas perspectivas analíticas, bem como, novas metodologias.

As discussões acerca das produções fílmicas, ou dos materiais imagéticos em geral se apresentam enquanto uma nova potencialidade para expandirmos nosso escopo de interesses. Para a Geografia essa união é valiosa, uma vez que, o espaço geográfico, não entendido em nossa perspectiva enquanto objeto sacralizado dessa ciência, mas sim, como um de seus conceitos – chave, é condição essencial para que as tramas fílmicas ocorram.

Os espaços fílmicos começaram a intrigar os geógrafos a partir da última década, quando observamos um crescente número de trabalhos de mestrado e doutorado relacionados ao cinema. Da mesma forma, essa temática também tem sido incorporada a mesas de discussão em alguns dos mais importantes eventos relacionados especialmente à Nova Geografia Cultural. Essa corrente da Geografia vem sendo caracterizada pelos pesquisadores filiados a ela como um sub – campo que confere maior abertura e criatividade às pesquisas geográficas, englobando em seu escopo temas ousados e inéditos.

Ou seja, o interesse da Geografia pelo cinema é recente, tendo maior expressividade ao longo da década de 2000. Em pesquisa realizada na Biblioteca Digital Nacional de Teses e Dissertações no portal do Instituto Brasileiro de Informação de Ciência e Tecnologia – IBICT e do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior –

CAPES com as palavras chave ‘Geografia e Cinema’, verificamos apenas treze trabalhos relacionados com a temática. Ou seja, ainda existe um grande caminho a ser percorrido para que as discussões acerca das imagens produzidas pelo cinema sejam consolidadas na agenda da Geografia. Esse artigo se apresenta, portanto, enquanto mais uma contribuição a esse processo. Da mesma forma, esperamos que o leitor seja capaz de vislumbrar uma nova possibilidade para se ‘fazer’ geografia.

As imagens estão presentes em todas as formas de relações sociais, sendo em determinadas situações, utilizadas mesmo na substituição de palavras. É importante alertar para o fato de que, nós, geógrafos, temos com relação às produções fílmicas um olhar que é completamente diferenciado do da audiência em geral. Além de nossas ideologias e capital cultural, somos capazes de observar as imagens, os cenários, a partir de um olhar próprio, treinado para análises geográficas. Segundo Rose (2001), a Geografia tem dedicado limitado interesse pelas questões visuais. A autora alerta para o fato de que nós, cientistas sociais, necessitamos desenvolver a capacidade de interpretar e compreender imagens, uma vez que, elas se constituem enquanto importantes meios através dos quais a vida cotidiana se desenvolve.

Segundo a autora existem tecnologias que são capazes de produzir e reproduzir essas representações, sendo os filmes uma delas. Na sociedade contemporânea, globalizada, essas novas tecnologias de linguagem visual são interiorizadas de forma rápida. Um claro exemplo disso são as tendências de publicidade lançadas em telenovelas ou em filmes de grande repercussão.

Para a autora é importante o desenvolvimento de uma metodologia crítica, ou seja, que leve em consideração a capacidade que as imagens têm em intervir no mundo. Isso é imprescindível. Apresentando vários métodos capazes de dar inteligibilidade a uma imagem, a autora não se posiciona, apenas defende a importância de considerarmos o ‘agenciamento da imagem’, ou seja, como já dito, sua capacidade de intervir no mundo, considerando as práticas sociais e os efeitos que elas produzem.

Vários autores como, Duncan e Ley (1997), Cosgrove e Daniels (1988) e Panofsky (1979) vêm nos apontando metodologias de interpretação de produções visuais que vão desde uma iconografia da paisagem até noções de semiologia e aproximações antropológicas com a pertinência social das imagens. Compartilhamos das ideias de Rose (2001) quando a autora nos traz que não existe um método que se sobreponha a outro. Existem sim, metodologias que são mais apropriadas aos estudos de determinadas imagens, sempre levando em consideração o objetivo de pesquisa.

Da mesma forma gostaríamos de acrescentar que as produções fílmicas possuem a capacidade de construir a imagem, ou colocando de outra forma, de criar na audiência um olhar específico sobre determinadas temáticas. Os espaços carcerários não são temática corrente na Academia, especialmente na Geografia, e para a grande maioria das pessoas sua imagem é construída a partir de filmes, como o que analisamos nesse artigo.

É importante afirmar que a ideia do cárcere sempre existiu em nossa sociedade, de uma forma ou de outra, como punição ou como meio para que ela aconteça. Foucault (2007) apresenta a evolução do sistema penal na sociedade em suas múltiplas facetas. Para o autor, a base desse sistema está fundamentada em mecanismos para se fazer punir, articulados pela sociedade, chamados pelo autor de dispositivos de vigilância, os quais são produtos de determinados contextos políticos, econômicos e culturais, se modificando, da mesma forma, mediante a mudança da sociedade. Para o autor, a prisão, em sua forma atual, foi uma longa e lenta evolução das formas de punição elaboradas e repensadas ao longo da história da sociedade moderna.

Em sua genealogia sobre as formas de poder e punição, ele afirma que a prisão no sistema penal dos séculos XVII e XVIII não se apresentava enquanto uma pena do direito, ou seja, quando a lei punia um determinado indivíduo, sua punição seria a condenação à morte, a ser marcado, banido, etc.. A prisão não era uma punição. A extinção das formas de punição corpóreas, denominadas de suplício, foi a característica fundamental para a mudança em toda a maquinaria punitiva no século XVIII. O corpo, supliciado, marcado simbolicamente, era o alvo dos dispositivos de punição. O corpo como espetáculo, como garantia de exemplo social.

Carvalho Filho (2002) discute que a origem das prisões está intimamente relacionada não com a punição em si, mas com a garantia para que ela ocorra. Como discute o autor, os réus não eram condenados à perda de sua liberdade. Mas sim, eram privados dela para viabilizar a punição imposta, que ia de realização de trabalhos forçados até a pena de morte. Nesse sentido, não havia necessidade de se preocupar com as condições de vivência nas prisões, bastava que fossem inexpugnáveis. É interessante observar que, ainda hoje, as condições dos espaços carcerários são precárias.

A partir do século XVIII, a natureza da prisão se modifica, assemelhando-se cada vez mais com o modelo instituído que conhecemos atualmente. Com as novas necessidades econômicas surge também a necessidade de se considerar a ‘humanidade’ até dos piores assassinos. Esquecemos os corpos e passamos então para as almas. Essa é como discute Foucault (2007), a principal característica da nova economia do poder. A privação da liberdade, direito garantido a todos, se transforma na mais moderna e humana forma de

punição. Com essa nova configuração dos dispositivos de punição, surge a chamada forma – prisão, com moldes que permanecem até hoje. Nas palavras do autor,

A forma-prisão preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constitui fora do aparelho judiciário, quando se elaboram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo, e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. (FOUCAULT, 2007, p. 195)

Uma das finalidades desse novo sistema é a vigilância. Percebe-se então, que é mais lucrativo vigiar do que punir. Ou seja, percebe-se que os delinquentes têm uma finalidade. Então, por que dilacerarmos seus corpos, tornando-os assim, inúteis para qualquer outro tipo de atividade? É isso que Foucault (1969) mostra. O reajustamento nas formas de punição, essa nova mecânica do poder que vê nos corpos encarcerados, novas utilidades. A partir disso, o autor compreende que a prisão sempre esteve ligada a um processo baseado na transformação de indivíduos, no treinamento de seus corpos, na readequação de sua conduta, conduta essa que deve ser compatível com as configurações socioespaciais vigentes. Nas palavras do autor,

Minha hipótese é que a prisão esteve, desde sua origem, ligada a um projeto de transformação dos indivíduos. Habitualmente se acredita que a prisão era uma espécie de depósito de criminosos, depósito cujos inconvenientes se teriam constatado por seu funcionamento, de tal forma que se teria dito ser necessário reformar as prisões, fazer delas um instrumento de transformação dos indivíduos. Isto não é verdade: os textos, os programas, as declarações de intenção estão aí para mostrar. Desde o começo a prisão devia ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto à escola, a caserna ou o hospital, e agir com precisão sobre os indivíduos. O fracasso foi imediato e registrado quase ao mesmo tempo que o próprio projeto. Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade. Foi então que houve, como sempre nos mecanismos de poder, uma utilização estratégica daquilo que era inconveniente. A prisão fabrica delinquentes, mas o delinquentes são úteis tanto no domínio econômico como no político. (FOUCAULT, 1969, p. 131-132)

Essa ideia apresentada por Foucault (1969) é muito semelhante à apresentada por Goffman (1988). O espaço carcerário faz parte do que o autor denomina de ‘instituições totais’, ou seja, um local onde certo número de indivíduos é mantido afastado da sociedade por um determinado período de tempo levando uma vida regrada e formalmente administrada. Para Goffman (1988), as instituições totais são discordantes a diversos aspectos da vida

social, tais qual a família, as redes de relacionamentos pessoais e também as características que formam e instituem identidades dos sujeitos.

Goffman (1988) discute que existem cinco tipos fundamentais de instituições classificadas por ele como ‘totais’, as quais podem ser divididas nas seguintes categorias,

Em primeiro lugar, instituições criadas para cuidar das pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas; nesse caso estão as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes. Em segundo lugar, há locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional; sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários. Um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração. Em quarto lugar, há instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do ponto de vista dos que vivem nas moradias dos empregados). Finalmente, há os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos; entre exemplos de tais instituições, é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros claustros. (GOFFMAN, 1988 p. 16-17)

Goffman (1988) afirma que esses cinco modelos fundamentais de instituições podem ser concebidos enquanto híbridos sociais, ou colocando de outra forma, como experimentos naturais do que se pode fazer com as identidades individuais. Esta questão foi, pois, fortemente explorada pelo autor, uma vez que, sua ideia central é de que essas instituições, e no caso dessa pesquisa, as prisões, são constituídas de forma a, se não destruir completamente, ao menos deteriorar as características identitárias dos ‘internados’ no momento de sua chegada.

Como afirmou Santos (2008), todas as relações sociais são espaciais, e, portanto, impossíveis de serem compreendidas fora de suas espacialidades. Os espaços carcerários se constroem dessa forma. Vamos tratar do cárcere nesse trabalho como um espaço construído e, portanto, também desconstruído através de fluxos de relações. O conceito de espaço teve diversas abordagens ao longo da história da ciência geográfica, tendo sido desprezado e revalorizado de acordo com o contexto científico vigente. Compreendido enquanto matriz, simbólico, campo de lutas e condição social, (CORRÊA, 1995), as abordagens sobre espaço sempre foram plurais, mostrando assim, que a razão dessa pluralidade é a mesma da existência da ciência (GOMES, 2010). Em nossa reflexão vamos compreender o espaço através dessa noção de pluralidade, de multiplicidade.

Massey (1999) afirma que existem várias maneiras de imaginarmos o espaço. Ela defende três elementos essenciais através dos quais podemos re-imaginar o espaço, trazendo também seu intrínseco caráter político, o qual vem sendo negligenciado em diversas abordagens. Esses três elementos apontados por Massey (1999) não objetivam trazer uma definição fechada, completa de espaço. Muito ao contrário, sua ideia é exatamente a oposta. Entender o espaço como sempre em construção, como mutável, como fluído é uma forma de compreendê-lo em sua dinâmica, sempre aberto. Nas palavras de Massey (2008)

Primeiro, reconhecemos o espaço como o produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. (Esta é uma proposição que não surpreenderá a todos os que têm lido a recente literatura anglófona.) Segundo, compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se o espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos. Terceiro, reconhecemos o espaço como estando sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações – entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca fechado. (MASSEY, 2008, p. 29)

Concebemos, assim, em nossa reflexão, o espaço carcerário enquanto um produto de inter-relações, como a esfera que possibilita a coexistência da multiplicidade, sempre em construção. Da mesma forma, compreendendo que ele se constitui a partir de uma dimensão simbólica e de uma física material (GOMES, 2001). O espaço enquanto elemento fundamental na constituição das identidades, sendo da mesma forma, transpassado por elas. Como já afirmamos anteriormente, as espacialidades não são vivenciadas da mesma forma por todos os sujeitos. O espaço carcerário se configura exatamente dessa maneira. Observamos essa espacialidade como proveniente da junção de diversas corporalidades, cada uma delas apresentando características específicas, maneiras específicas de ver o mundo.

É a partir dessa pluralidade, e também desse envolvimento com a materialidade que concebemos o espaço carcerário. Acreditamos também que, alguns tipos de espaço exigem a criação de um ‘nós’. Não de um ‘nós’ que seja homogêneo, mas de um ‘nós’ que garanta legitimidade do grupo. O espaço carcerário é dinâmico. É permanentemente re-configurado a partir de saídas, de novas chegadas e obviamente de um reajuste nas relações de poder vigentes. Não deve e nem pode ser interpretado a partir de uma única história ou voz que possa representá-lo de forma única. Como discute Massey (2008, p.161), o “espaço, então, não pode ser, jamais, aquela simultaneidade completa na qual todas as interconexões já

tenham sido estabelecidas, na qual cada lugar já está (e nesse momento imutavelmente) ligado a todos os outros.”

Sempre sendo feito, sempre sendo construído e reconstruído através da chegada e saída de novas corporalidades. O que gostaríamos de aprofundar é a influência dessa dinâmica na própria constituição da espacialidade. As práticas cotidianas de sujeitos sofrem interferência da espacialidade na qual estão inseridas, da mesma forma, como a interferem. No exato momento em que um novo sujeito entra no espaço carcerário, este sendo previamente moldado de acordo com as interconexões e relações de poder já existentes, se reconfigura completamente. Novos ritos, novas interconexões, novas coexistências entram em ação. Isso é infinito (FIORAVANTE, 2011).

Gomes (2008) traz o conceito de cenário como possibilidade explicativa bem como uma possível interconexão entre a Geografia e o cinema, o qual utilizaremos como base para nossa reflexão. Para o autor, esse conceito serve como ferramenta para revelar o conjunto de figurações espaciais e suas relações com a estrutura narrativa. O autor defende que toda referência à ordem espacial deve ser considerada, pois são expressivas, ou seja, agrega significação à trama. Nas palavras do autor, “(...) queremos a partir da palavra *cenário* reconectar a dimensão física às ações, ou, em outras palavras, queremos associar os arranjos espaciais aos comportamentos e, a partir daí, poder reinterpretar suas possíveis significações.” (GOMES, 2008, p. 200)

Os cenários de Carandiru: poder, violência e gênero

O filme representa o cotidiano da Casa de Detenção de São Paulo, recebendo o apelido de Carandiru devido a sua localização no bairro de nome homônimo. Inaugurado na década de 1920, já foi considerado o maior presídio da América Latina, até ter sido parcialmente demolido no ano de 2002, devido às péssimas condições e total insalubridade do espaço. O filme tem seu recorte temporal no ano de 1992, pouco antes do grande massacre ocorrido no presídio no qual 111 presos foram mortos.

O presídio era segregado espacialmente em nove pavilhões, os quais tinham dinâmicas próprias abrigando tipos específicos de presidiários. No filme, podemos ter uma perspectiva geral desses pavilhões, bem como das práticas correntes em cada um deles. Essas práticas se relevam embebidas em relações de poder, as quais estão intrinsecamente relacionadas com a estrutura física do espaço, ou colocando de outra forma, com sua dimensão material. A seguir, apresentamos uma imagem do filme a qual confere um panorama de um dos pátios de Carandiru.

Imagem 01 – Panorama espacial de um dos pátios de Carandiru



FONTE: Carandiru, 2003

As prisões são um elemento fundamental da política penal brasileira, servindo para privar de liberdade sujeitos em situação de extrema vulnerabilidade social. Em teoria, deveria ser um espaço de correção de conduta social, bem como, de criação de condições para ressocialização dos internados. Contudo, na prática, o espaço carcerário tem a função de reforçar o estigma e as práticas de humilhação, bem como, cercear as condições materiais de construção da igualdade de direitos. Sua forma corresponde às funções de uma sociedade desigual, e o espaço carcerário contribui para a reprodução das desigualdades, reforçando uma cultura perversa de exclusão de grupos sociais empobrecidos.

Entretanto, ao observar a escala de vivência cotidiana dos encarcerados no filme, podemos evidenciar algumas lutas singulares que mostram que eles vão além da reprodução, mas produzem dissonâncias, irregularidades inesperadas, como aponta Massey (2008).

O cárcere possui regras específicas a serem cumpridas. Regras que não estão escritas formalmente, mas são exercidas e reconhecidas por quem entra na dinâmica de relações que

constituem o espaço carcerário. Nesse sentido, há uma série de formas de exercício de poder que se sobrepõe umas as outras em feixes de relações cruzados. São as regras formais do cárcere, dos agentes penitenciários, do direito penal e assim por diante, que somam - se com as regras da vida cotidiana do cárcere. Nessa perspectiva, não há níveis hierárquicos, mas mesclas de relações de diferentes características que se cruzam e interpõem. Ainda segundo as ideias de Foucault (1988), não devemos procurar a existência de um ponto central, um foco único de soberania de onde se emana o poder. Muito pelo contrário. O poder está em toda parte, provém de todos os lugares, sendo o suporte das correlações de força, as quais devido a sua desigualdade induzem continuamente a novas configurações de poder, sempre localizados e instáveis. Nas palavras do autor,

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma o corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1988, p. 102-103)

Como já afirmamos, a dinâmica cotidiana do cárcere é embebida em relações de poder. Entretanto, não estão na exterioridade com relação a outros tipos de relação, ou seja, existem múltiplas especificidades que permeiam essa dinâmica. Como afirma Foucault (1988, p. 104), “as relações de poder não estão em posição de superestrutura, com um simples papel de proibição ou de recondução; possuem, lá onde atuam um papel diretamente produtor”.

Como primeiro ponto a ser discutido, observa-se que a trama do filme, e, por conseguinte, a espacialidade carcerária de Carandiru é composta pelas experiências individuais de cada personagem, como podemos verificar na medida em que, ao longo de todo o filme, são realizados flashbacks relacionados à atuação dos encarcerados na liberdade. Colocando de outra forma, observamos que suas vivências cotidianas da exterioridade é um elemento que influencia e interfere na construção da espacialidade vivenciada pelos personagens, interferindo até mesmo em sua posição de maior ou menor poder no cárcere. Na medida em que os presidiários realizam consultas médicas no Presídio, contam suas experiências e como se deu seu acesso ao mundo do crime.

Outra dinâmica demonstrada no filme é que a espacialidade carcerária é construída e controlada totalmente pelos presos, uma vez que a administração formal pouco ou, nos arriscamos a afirmar, nada interfere e regula em Carandiru. A partir da instituição de regras e leis, os presos acabam por forjar uma maneira de conviver nessa espacialidade, a qual, como

nos lembra Massey (2008), se apresenta enquanto dinâmica, viva, permeada pela coexistência da diferença, de forma pacífica ou não, sendo da mesma forma, transpassada por nítidas relações de poder. Na cena de abertura do filme, observamos um detento resolvendo um conflito existente entre outros dois presidiários. Nesse cenário, encontra-se além dos presos, o médico e o diretor do Presídio, entretanto, a tarefa de apaziguar os detentos parte do próprio grupo, e não da administração formal, como demonstra a imagem extraída do filme.

Imagem 02 – Preso líder apaziguando conflitos



FONTE: Carandiru, 2003

Essa dinâmica demonstra as instituições de redes de relações de poder entre os próprios presidiários, ou seja, observa-se que além das regras advindas da administração formal do Presídio, existe a criação de regras paralelas, que interferem condicionando os corpos e as atuações cotidianas dos sujeitos. Em Carandiru podemos perceber que as regras informais criadas pelos detentos se tornam muito mais absorvidas, ou se podemos colocar dessa forma, mais respeitadas pelos detentos do que as normatizações oficiais. Os sujeitos, inseridos na dinâmica carcerária, acabam por instituir seu próprio conjunto de leis, conjunto esse que confere autoridade para sujeitos serem punidos na medida em que o burlam.

Entretanto, o que é interessante no filme é que nenhum dos sujeitos parece ter autonomia para tomar qualquer tipo de atitude contra outro, sem antes recorrer a um preso de maior poder. Essas atitudes vão de pequenas punições até mesmo a sentenças de morte. Em uma cena de Carandiru, o personagem Zico vai pedir autorização para Nego Preto, para matar

Ezequiel, um viciado em crack que não conseguiu pagar suas contas. Nego Preto realiza toda a mediação do conflito, impondo regras e condições para que a punição ocorra.

A mais chocante das cenas do filme demonstrando essa dinâmica das relações de poder instituídas entre os presos é a sentença de morte do personagem Zico, o qual durante uma crise de medo causada pelo uso de crack acaba por assassinar um dos companheiros de cela. A imagem a seguir, ilustra esse cenário.

Imagem 03 – Cenário de concretização das regras informais dos presidiários



Essas práticas de punição ocorridas entre os detentos demonstram, claramente, que a espacialidade do cárcere é antes de tudo construída a partir dos sujeitos que a vivenciam, estando à administração formal em posição periférica. Essa dinâmica pode acarretar em situações de extrema violência entre os detentos, sendo o motivo catalisador, geralmente o envolvimento com drogas e rixas e brigas da exterioridade.

Observamos no filme que o cenário carcerário tem dinâmicas muito semelhantes a da exterioridade. O comércio informal é demonstrado em uma cena em que um presidiário oferece todo tipo de material de consumo para o médico. Esses materiais, como sabonetes, balas e cigarros são em muitas vezes utilizados como mercadoria de troca entre os presos para realização de outros serviços. Em uma pesquisa realizada com as mulheres encarceradas na cidade de Ponta Grossa, Paraná, percebemos que uma das principais moedas de trocas entre

os presos é o cigarro, chamado pelas mulheres de 'giz' (FIORAVANTE, 2011). A imagem a seguir demonstra essa dinâmica,

Imagem 04 – Práticas de comércio informal entre os presos em Carandiru



FONTE: Carandiru, 2003

O tráfico de drogas, bem como o uso de entorpecentes, é, em algumas situações, peça chave para o estopim de alguns conflitos. E da mesma forma, se encontra muito presente na dinâmica cotidiana dos presidiários. De acordo com os dados do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN -, até dezembro de 2010, estavam encarcerados no Brasil 106.491 pessoas por envolvimento com tráfico de entorpecentes. No filme, podemos observar que a grande maioria dos personagens são caracterizados como envolvidos nas dinâmicas do varejo de drogas, seja de forma central, enquanto traficantes, ou de forma periférica, como usuários ou amigos de traficantes.

M. Souza (2000) discute que o tráfico de drogas é hoje uma das maiores problemáticas relacionadas às metrópoles brasileiras. O geógrafo discute que essa prática é permeada por relações de poder que dividem os sujeitos envolvidos em funções hierarquizadas. Carandiru demonstra isso quando nos traz o personagem de Zico, importante traficante que controla a dinâmica dentro do espaço carcerário e de Majestade, presidiário responsável pelo processo de divisão da droga, como demonstra a imagem a seguir.

Imagem 05 – Personagem Majestade empacotando pedras de crack



FONTE: Carandiru, 2003

Tanto nas proposições acerca das penitenciárias provenientes das ideias de Foucault (2007) quanto de Goffman (1988), observamos uma tendência à ênfase às questões formais dessas instituições, na medida em que, a partir de suas colocações, os presidiários deveriam levar uma vida regrada, vigiada e formalmente administrada. No filme, percebemos que as práticas cotidianas dos sujeitos burlam a norma instituída a partir de mecanismos de contra – poder que os permite a realização de práticas que não são coerentes com a legalidade que deveria imperar nesses espaços. O tráfico de drogas é um exemplo disso.

No início de nossa discussão afirmamos que os espaços carcerários tendem a ser negligenciados pelo restante da sociedade, na medida em que se torna muito mais cômodo acreditarmos que aquela espacialidade em nada se relaciona com nossa vivência cotidiana. Esquecemos, dessa forma, todas as pessoas que se encontram diretamente relacionada a ela, como parentes e amigos dos encarcerados, sujeitos que coexistem com o restante da sociedade nos espaços urbanos, por exemplo.

Esses sujeitos também participam, juntamente com os detentos, de forma ativa na configuração e construção das espacialidades carcerárias. Através de visitas, ajuda financeira, ou mesmo apoio sentimental. É conveniente apontar uma das maiores especificidades dos espaços carcerários masculinos, uma vez que em Carandiru, não é representado uma dinâmica de prisão feminina. Vários autores, como Soares e Ilgenfritz (2002), Soares (2006) e Fioravante (2011) discutem que para os homens a experiência do encarceramento não impõe um afastamento completo dos familiares. Dizendo de outra forma, apesar da distância física –

corporal, os laços afetivos se mantêm, sendo reafirmados e concretizados durante os dias de visita ao presídio. Em Carandiru, é apresentada a interessante história de Majestade, preso que tem duas mulheres na exterioridade.

Imagem 06 – Visitas



FONTE: Carandiru, 2003

Essa dinâmica é diferenciada no caso dos espaços carcerários femininos, especialmente no que diz respeito aos envolvimento maritais. Geralmente, a mulher presa acaba sendo substituída por outra, e conseqüentemente abandonada pelo companheiro na prisão. Esse apontamento nos leva a afirmar que, assim como discute Silva (2009), as espacialidades são permeadas por relações de gênero. Diferentes sujeitos vivenciam e constroem espaços diferenciados. Em Carandiru não existe a representação da dinâmica de um presídio feminino, entretanto, existem outras especificidades de gênero que são parte integrante dos cenários do Presídio: as travestilidades.

Na Academia, e em especial na Geografia, essa temática não é corrente, sendo abordada por alguns pesquisadores que vem se interessando pelas espacialidades e atuações desses sujeitos. Silva (2009) e Ornat (2008) destacam-se na medida em que nos trazem uma abordagem essencialmente geográfica, apontando da mesma forma, todas as dificuldades teóricas, metodológicas e empíricas de se abordar esse grupo. Esses geógrafos apontam a

situação de negligência e invisibilidade que esses sujeitos vivem frente à sociedade, ao poder público e à Academia.

Em Carandiru observamos que a participação desses sujeitos, chamados de travestis, nas dinâmicas carcerárias, está intrinsecamente relacionada às práticas sexuais existentes no espaço prisional. Paradoxalmente à experiência concreta desses sujeitos, no filme sua vivência é tolerada, não conflituosa com o restante dos detentos. Em uma das cenas mais polêmicas e conhecidas do filme, é representado o casamento de uma das travestis, Lady Di com um dos presidiários, como demonstra a imagem a seguir,

Imagem 07 – Representações de travestilidades no cenário carcerário de Carandiru



FONTE: Carandiru, 2003

Esse conjunto de elementos observados no filme nos leva a concluir que o cenário carcerário instituído se apresenta enquanto um micro – mundo, se assim podemos colocar. É uma espacialidade construída a partir de regras que são diferenciadas da exterioridade, sendo da mesma forma que é transpassada por elas. Os espaços carcerários são muito mais fluidos e dinâmicos do que geralmente imaginamos. Lembrando as proposições de Massey (1999), essa esfera onde a heterogeneidade coexiste, produto de inter – relações entre os sujeitos envolvidos está sempre em construção.

Nas cenas finais do filme, podemos observar a forma trágica como essa espacialidade foi, enfim, extinta após o início de uma rebelião e o massacre de 111 presos. O que o filme nos demonstra é que Carandiru era uma espécie de caleidoscópio das mais diversas práticas,

que vão desde demonstrações de afeto como a proteção de Zico no momento em que seu irmão postigo Deusdete chega ao Presídio, de tolerância como o casamento de Lady Di, de violência como o assassinato de Zico pelos companheiros, de desespero representado pela tentativa de Ezequiel em prostituir sua irmã como forma de pagamento de suas dívidas e de sonhos e esperança, com Seu Chico e seus balões. Tudo isso foi Carandiru.

Palavras Finais

De toda a reflexão contida neste artigo existem alguns pontos que podem ser evidenciados nesse momento de fechamento de ideias. Primeiramente, evidenciamos que as produções imagéticas são importantes meios através dos quais construímos nossos imaginários com relação a inúmeros fenômenos e temáticas. No caso de nossa abordagem nesse artigo, ou seja, os espaços carcerários, isso se demonstra de forma evidente, uma vez que poucas pessoas têm acesso a essa espacialidade, o que a torna invisível e negligenciada acadêmica e socialmente.

Conseqüentemente, concluímos a partir de uma imensa gama de elementos abordados pelo filme o quanto as espacialidades carcerárias são dinâmicas, fluidas e plurais. São, antes de tudo, construídas pelos sujeitos que estão intrinsecamente conectados a elas. Ou seja, a despeito de toda normatização, vigilância e condicionamentos impostos pela administração formal, e mesmo pela sua dimensão física – material, os sujeitos encarcerados encontram meios e constroem táticas para burlar a ordem instituída, construindo assim, as espacialidades carcerárias a partir de diversos elementos, os quais nem sempre são concordantes com o que se espera, formalmente, desses espaços.

Por fim, concluímos o quanto essa espacialidade é permeada e transpassada por nítidas relações de poder, entendidas nesse artigo a partir das reflexões de Foucault (1988). Ao longo da trama do filme observamos que cada sujeito, ou personagem, tem papéis que são muito bem delineados. A película nos traz, da mesma forma, diversas práticas que estão intrinsecamente relacionadas com essas relações de poder vigentes, como cenários de extrema violência e seu oposto, de máxima tolerância com diversidades de sexualidades.

Pouco é discutido na Academia a existência de determinados sujeitos. Como lembra Silva (2009) é somente quando adotamos uma postura crítica acerca da construção do saber científico que conseguimos compreender a invisibilidade de determinados grupos frente à ciência. Essas ausências são provenientes da hegemonia de certos grupos conquistada através de embates no meio científico, que levam a predominância de determinados discursos tomados como verdadeiros e globais.

Defendemos que é nosso dever, como geógrafos adotar uma postura aberta que seja capaz de dar voz a sujeitos esquecidos, repensando assim, nossa forma de ‘fazer’ Geografia. Somente através dessa tentativa de trazer à luz grupos que estão ausentes no saber científico hegemônico, que possivelmente podemos construir uma Geografia mais humana.

Nesse sentido, as perspectivas imagéticas se apresentam enquanto um interessante caminho para nos conferir maior abertura a determinadas temáticas de pesquisa, bem como à espacialidade de sujeitos que não são problematizados pela Geografia. Esse artigo é, então, uma tentativa de expandir o escopo da ciência geográfica, demonstrando que as dinâmicas carcerárias são um interessante viés analítico, e que a união com o cinema pode ser um rico investimento.

Como nos trouxe Rose (2001), os cientistas devem desenvolver a habilidade de trabalhar com imagens, uma vez que elas estão presentes na grande maioria das relações socioespaciais. Esperamos que o leitor seja capaz de vislumbrar uma nova forma de pensar e principalmente de ‘fazer’ geografia, ou utilizando as ideias de Castro, Gomes e Corrêa (1996) de darmos continuidade às nossas explorações geográficas. Os caminhos já estão abertos, então, vamos lá!

Referências

BRASIL, Ministério da Justiça. Sistema Penitenciário Nacional do Brasil. **População carcerária sintética**. Departamento Penitenciário Nacional. Brasília, 2010.

CARVALHO FILHO, Luis Francisco. **A Prisão**. São Paulo: Publifolha, 2002.

CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 59-94.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COSGROVE, Denis; DANIELS, Stephen. **The iconography of landscape: essays on the symbolic representation, designs, and use of past environments.** Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

DUNCAN, James; LEY, David. **Place, Culture, Representation.** London: Routledge, 1997.

FIORAVANTE, Karina Eugenia. **O espaço carcerário e a reestruturação das relações socioespaciais cotidianas de mulheres infratoras na cidade de Ponta Grossa, Paraná.** 2011. 169 f. Dissertação, Mestrado em Gestão do Território. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 25/03/2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1969.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Vigiar e Punir. História da violência nas prisões.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1988.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. Cenários para a geografia: sobre a espacialidade das imagens e suas significações. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs) **Espaço e Cultura: Pluralidade Temática.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

_____. Um lugar para a geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: FIORAVANTE, Karina; PEREIRA, Renato; ROGALSKI, Sérgio Ricardo. (Orgs) **Geografia e Epistemologia: ciência viva e dinâmica, aberta e plural.** Ponta Grossa: UEPG, 2010.

LAURETIS, Teresa de. **Technologies of gender. Essays on theory, film and fiction.** Bloomington: Indiana University Press, 1987.

MASSEY, Doreen. Spaces of politics. In: MASSEY, Doreen; ALLEN, John; SARRE, Philip (Orgs) **Human Geography Today.** Cambridge: Polity Press, 1999.

_____. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

ORNAT, Marcio José. **Território da Prostituição e Instituição do Ser Travesti em Ponta Grossa, Paraná.** 2008, 161 f. Dissertação, Mestrado em Gestão do Território. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 28/01/2008.

PANOFSKY, Erwin. **Significado das artes visuais.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Editoria da Universidade Estadual de São Paulo, 2008.

SILVA, Joseli Maria (Org.) **Geografias Subversivas. Discursos sobre espaço, gênero e sexualidade.** Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Desafio Metropolitano. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Simone Brandão. Criminalidade Feminina. In: **Revista Democracia Viva.** N. 33, out/dez 2006, p. 10-16.

Recebido para publicação em abril de 2011

Aceito para publicação em julho de 2011